

MULHERES DE SISAL NO SEMIÁRIDO PARAIBANO: MEMÓRIAS, VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

Rafaella de Sousa Silva;

Universidade de São Paulo (USP)/ Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); lela_cubati@yahoo.com.br

Resumo

Nesse artigo ousou sugerir um exercício de alteridade. Falo como mulher do semiárido paraibano, que se utiliza de memórias, e se coloca no lugar de “outras” mulheres, para narrar experiências de vida que vi/vejo, ouvi/ouço, vivi/vivo, e hoje vejo-me seduzida a escrever sobre. Para tanto, abro três mo(vi)mentos que são coextensivos; 1- a partir de entrevistas orais, desenvolvidas em uma pesquisa monográfica, me permito *falar com* mulheres e homens que habitam o semiárido paraibano, e me contam sobre suas vivências, violências e resistências; 2- me aproximo de documentos produzidos pela Articulação do Semiárido Paraibano (ASA), para perceber possíveis correlações entre políticas públicas que adentram o semiárido, e as transições nos papéis e identidades de gênero que põem em questão configurações *naturais* de feminilidade; 3- partindo da análise de discursos, retomo sugestões, alternativas e ações políticas, geradas em grupos coletivos de convivência, para entender novas habitações e “escritas de si”, que vem emponderando mulheres feitas de sisal, de fibra forte, resistente ao sol da caatinga, e ao aço do concreto. Nesse sentido, esse texto se faz otimista e usa como estratégia o desmonte dos artefatos culturais que exigem rígidas e estereotipadas identidades, para mulheres e homens do sertão. Identidades por vezes manchadas com pactos de sangue, por meio de relações violentas e dolorosas que alimentam o “papel do macho” e o “lugar da fêmea”, perseguindo o que sai da *norma*, e matando potências de vida.

Palavras-chave: mulheres, semiárido, identidades, alteridade

1 Introdução

Esse artigo resulta de dois momentos de pesquisa acadêmica, ambos transpassados por questões que envolvem gênero e sexualidades no semiárido paraibano. Somados a pesquisas recentes que venho desenvolvendo sobre ações e políticas coletivas de mulheres, a partir da Articulação do Semiárido (ASA), especialmente no cenário paraibano. É também produto de inquietações pessoais, práticas e teóricas, sobre pedagogias do corpo, utilizadas sutil ou coercitivamente sobre mim, mulheres próximas, ou até desconhecidas, que habitam municípios interioranos, a exemplo de Cubati-PB¹, mas também outras áreas brasileiras, tanto urbanas quanto rurais. Transbordam o próprio Brasil, pensando especialmente a América Latina, pois não parecem

¹ Cubati é um município que se estende por 137 km² e conta aproximadamente com 6.866 habitantes de acordo com o senso de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Está inserido na área de abrangência do Semiárido, definida desde 2005 pelo Ministério da Integração. Situado na região centro-norte do Estado da Paraíba, mesorregião da Borborema e microrregião Seridó Oriental Paraibano. Limitasse com os municípios de Pedra Lavrada, Sossego, São Vicente do Seridó, Olivados e Barra de Santa Rosa. Fica em torno de 167 km da capital João Pessoa. E foi o cenário de partida para as duas pesquisas acadêmicas que cito e utilizo na produção desse texto.

se acomodar a territórios fechados. Nesse sentido, a partir de intertextos, que envolvem e discutem culturas de gênero, patriarcado, machismo, violência contra mulher, e relações desiguais de poder, esse texto vai se aproximar de Marias e Josés², que reproduzem e/ou negam modelos normativos, por entender a urgência de discutir questões como essas.

A primeira vez que as discuti de forma sistemática, foi na conclusão da graduação em História em 2008, pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Me interessava analisar como se configuravam e se construía identities masculinas na cidade de Cubati, na qual via amigas serem violentadas, traídas, e impedidas de cursar – *fora* – o ensino superior, por conta dos “machos” que conviviam. Para tal investimento, conversei com homens e mulheres de diferentes gerações, raças, etnias, profissões, classes sociais, e sexualidades, pois me interessava um leque amplo de leituras sobre os significados de masculinidades naquele cenário.

Ainda envolvida nessas discussões, entre 2012 e 2014, desenvolvi uma pesquisa sobre “gênero e sexualidades em intersecção e mo(vi)mento no cenário escolar cubatiense”, tema título da minha dissertação de Mestrado em História também pela UFCG. Nesse contexto já era professora há uma década na cidade, na mesma escola que cursei todo o Fundamental e Médio, a escola Padre Simão Fileto, hoje Municipal. Nesse cenário, diante do olhar treinado que eu trazia, me incomodavam as configurações rotinizadas, e os modelos pré-estabelecidos de heteronormatividade, guetificações e hierarquias sociais, acionadas pelas *gentes* escolares (professores(as), diretores(as), secretários(as), merendeiras, alunos(as), e auxiliares), nas leituras feitas sobre meninos e meninas. Como essa escola é a única da cidade que atende à demanda de alunos e alunas que precisam passar pelo Fundamental Maior, ela envolve todos(as) que estão em processo de escolarização na cidade, tanto da zona urbana quanto rural. Tornando-a um espaço rico de investigação, que cresceu quanto as leituras de gênero e sexualidades que transbordavam a escola, na relação com a comunidade, em especial a campesina.

Essa cartografia de intenções e produções que fui sinalizando, foi importante para minha própria construção política (BUTLER, 2003) das relações de gênero e sexualidades que me envolviam, para o conhecimento de estéticas de existências que estavam ao meu lado e eram muitas

² Parafrazeio aqui os dados divulgados ano passado pelo IBGE, no qual consta “um Brasil de Marias e Josés”. São 11.7 milhões de Marias, e 5.7 milhões de Josés. O que demonstra a influência religiosa cristã na interferência das significações sociais, inclusive na identidade nominal de milhões de brasileiros, entre esses, sertanejos do semiárido, muitos dos quais convivo. Para além da nomenclatura, concepções de gênero, religião, família, educação e etc., também devem ser pensadas, levando em consideração o modelo colonial de imposições normativas pré-estabelecidas secularmente no Brasil, que ainda impactam na atualidade. Para mais ver: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=3&idnoticia=3147&busca=1&t=um-brasil-marias-joses-ibge-apresenta-banco-nomes-base-censo-2010>.

vezes invisibilizadas, passando despercebidas pela naturalização rotinizada e performática, de práticas sociais que diziam lugares, funções, posturas, e códigos do que era feminino, em detrimento do masculino. Tendo esse primeiro uma desvantagem histórica em relação ao segundo, principalmente quando somado a questões de sexualidade, raça e classe.

Assim, diante desse olhar inquieto, passei a reler histórias cortantes e felizes, de violências e resistências, no interior paraibano, por meio do exercício de estranhamento do que se passa comum e rotineiro. Ademais sou mulher do semiárido, morei a vida inteira no interior, trago memórias de infância em que via minha mãe andar quilômetros com trouxa de roupa na cabeça, até chegar em tanques de lajedo, com cacimbas próximas, nos quais lavava as roupas nas pedras, e esperava secar nos arames farpados, para trazer de volta em meio as bacias. Ainda tendo que chegar em casa, fazer a janta, e lecionar aulas a noite, pois era marcada por essa dupla jornada. Enquanto isso, meu pai também professor, ajudava pegando galões de água na cacimba, especialmente quando a chuva demorava e as bicas não juntavam água da chuva para encher os tonéis. Era preciso comprar (quem tinha condições) para beber, e a água dos galões – barrenta – ficava para o banho e uso doméstico.

Entre outras histórias, esse texto sugeri cartografias da vida de mulheres de *sisal*, aquelas que se adaptam a secas prolongadas, se apropriam da força do sol, e *estão* para o semiárido, “dão nó em pingo d’água”, e adentram da caatinga aos grandes centros urbanos. Digo com isso, que desejo compartilhar experiências que tornam a mulher paraibana, um sujeito de protagonismo, mesmo quando atua por trás das cortinas. Mesmo quando carrega água para sobreviver, e tem uma longa jornada até dormir, em atividades domésticas, muitas vezes cansativas, acompanhadas do trabalho fora de casa. Minha mãe foi uma dessas, vivíamos tempos difíceis até o início desse século. Morávamos na zona urbana, enquanto muitos parentes ainda moram nas áreas rurais. E enquanto sofriamos com a escassez de água, eles sofriam ainda mais.

Uma questão que compartilho, a partir de uma memória feliz (RICOEUR, 2007), é que hoje com menos dificuldades, há água potável nas torneiras da minha casa própria (mesmo diante de uma crise hídrica e racionamento na região). Mas não queiramos nos iludir, pois nem toda história tem desfechos confortáveis. Me vejo parte de uma família branca, de olhos claros e cabelos lisos, com acesso a escolarização, o que talvez tenha diminuído os empecilhos dessa ascensão, e permitido alcançar a estabilidade financeira. Em outro sentido, mesmo não concordando e lutando de forma anti-sistêmica, reconheço as diferenças relacionadas a famílias negras, pobres e sem escolarização, muitas vezes descartadas nessa sociedade na qual o racismo é institucionalizado, e a gente parece valer o que tem.

A título de exemplo, muitas amigas e conhecidas ainda amargam para conquistar o pão de cada dia. Com baixa escolaridade, sendo mãe muito jovem, elas somam estereótipos no olhar dos “outros”, como mulher numa sociedade machista e patriarcal, também negra numa sociedade racista, e ainda pobre, numa sociedade de aparências³. Entretanto, vivem dignamente nas escolhas criativas que fazem, vivenciam violências, mas também praticam resistências diariamente para sobreviver. E vem modificando aos poucos esses estigmas, especialmente nos últimos anos, com a construção de políticas públicas e sociais que envolvem mulheres em situações de vulnerabilidades. Logo, é buscando essa relação entre o interesse que nos une, mais do que nos diferencia, que esse texto está sendo escrito. Buscando a sensibilidade de colocar-se no lugar desse “outro”. Comemorando cada conquista que atinge o coletivo.

2 Marias e Josés: família, trabalho e violência contra mulher

A escolha por Dona Maria e Seu José⁴ foi intencional, eles não formam um casal, são conhecidos apenas por se cruzarem nas calçadas da pequena cidade de Cubati, viveram a infância e adolescência no campo, e quando adultos passaram a morar em área urbana, ambos casaram na igreja católica, viveram as agruras dos anos 50 e da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), assim como a experiência de sobreviver em um Semiárido invisibilizado, e potencialmente maltratado durante esse período, diante das políticas de concentração de terra e renda, e do esquecimento de populações pobres e ditas marginais, como agricultores(as), mulheres, negros e índios. Em carta aberta, a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)⁵ colocou que “há trinta anos, quando lutávamos para enterrar uma ditadura civil-militar e reconstruir nossa democracia, no Semiárido um milhão de pessoas morriam em decorrência dos efeitos da seca e da total ausência do Estado”.

Esse Nordeste difícil da seca e da fome, pobre, e arcaico, que servia de chão para retirantes e meninos de barriga inchada, permeia o imaginário social que representa o Semiárido brasileiro,

³ Joana Maria Pedro faz uma interessante discussão envolvendo traduções sobre o uso da categoria gênero historicamente, pensando inclusive na pluralidade de sentidos, questões, e debates que a envolvem a outras categorias, como sexualidades, raça, etnias, e classe. Rediscutindo o debate. Para mais ver: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742005000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Última visualização dia 01-10-2017.

⁴ Os primeiros nomes dos co-autores desse texto são realmente Maria e José, entretanto, para preservar a identidades dos mesmos, levando em consideração as histórias cortantes aqui postas, não utilizarei seus nomes completos. Seu Zé tinha 82 anos, e doze filhos, quando me cedeu a entrevista em 14 de janeiro de 2008, Dona Maria tinha 58, e oito filhos, e falou comigo dois dias depois. Ambos eram casados. Ele à época aposentado, ela esperando ansiosa pela aposentadoria, era dona de Boate, junto ao esposo, que sempre trabalhou com montagem de som para festas.

⁵ Essa carta resulta do IX Encontro Nacional de Articulação do Semiárido, realizado ano passado em Mossoró-RN. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/Carta-Politica-do-IX-EnconASA.pdf>.

mundo a fora. Ajudado por ausências de políticas públicas efetivas, monopólios midiáticos que reforçam estereótipos, que se somam a literatura e circularidade discursiva que vira pauta social depois de ler um livro ou assistir uma novela (LOPES, 2003). Algo que vamos revisitar logo mais na fala de seu José, que pelo costume chamarei de seu Zé.

Essa crítica dura a paisagens de pouca saída me fez lembrar João Cabral de Melo Neto, em “Morte e Vida Severina”. Nesse poema dramático, o autor parece querer *fazer ver* que além da fome e da seca, a desigualdade estava na *essência* do ser nordestino, que quando *duro* era *macho*, e fácil de *amansar*, era *fêmea*. Nesse mesmo poema, usando de metáforas e crueza, o literário colocava Severino como protagonista de sua história, o homem que desbravou do sertão ao litoral, que condenava a vida, *vida Severina*, essa vida mulher, frágil, fraca, sem oportunidade, e degradante, que provocava seu sofrer.

Em diálogo afinado com seu tempo, esse literário escreve na década de 1950, sobre a invenção de um Nordeste (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009) de forte significação social – não apenas para época –. Enquanto conta nas entrelinhas, relações de poder, concentração de terra, desigualdades de gênero, e também classes sociais, que são construídas historicamente, mas aparecem como dadas. Esse “Severino de Maria do finado Zacarias”, é mais um e ninguém, representa todos os retirantes, não tem sobrenome, e se apresenta como *mais um* invisível que corta as paisagens da seca em busca do Recife, e ouvi que o que tem feito na caminhada em que buscava uma melhoria de vida, era levar seu próprio enterro, diante da inevitável indigência na cidade grande, que não demoraria a se apresentar em forma de morte, para *mais um* sertanejo pobre e analfabeto, que cruzou com mulheres rezadeiras e sofridas, que olhavam o mundo de *dentro* de casa. O que me fez lembrar seu Zé, quando me dizia que na década de 1950;

[...] Quem cuidava da casa era minha mãe, aí a gente ia trabalhar por fora, ía mais meu pai pro meio do mundo arrumar pra família né? [...]. Meu pai trabalhava muito, era que nem eu, trabalhou muito pra criar a família. Eram dez filhos, quatro mulher e seis homens [...]. Eu era o mais velho, era o que saía mais meu pai pra cortar lenha, saía uma hora da madrugada pra cortar lenha lá perto de Olivados, pra tirar macambira vea, mato [...]. Eu saía e a mulher ficava tomando conta da casa como minha mãe tomava. Saía pra fora e ela em casa, e nesse tempo de agricultura ela ia pro roçado mais eu, limpava mato, fazia tudo [...]. Teve um tempo difícil, no tempo da macambira, do xique-xique, era 1951 pra 52, foi uma seca grande. Tempo que eu comi farinha de tustão líquido, a senhora nunca comeu tustão e eu já, rapadura de dois tom, porque naquele tempo era difícil, eu andava muito com meu pai pra conseguir dar de comer em casa [...].

Na escuta do que seu zé me contava, duas questões se evidenciavam para mim. 1- gênero é uma categoria construída na relação histórica, e na medida que ele me contava seu papel de homem provedor, comedor de farinha e carregador de lenha, ele me dizia sobre sua esposa, mãe, sobre seus lugares e posições sociais acerca de 70 anos atrás; 2- que sua fala me interessa – também – porque dizia os lugares, e vivências delas (mãe e esposa), na correlação com eles (pai e filho), a exemplo, se torna possível entender que seu zé via a ele mesmo, e ao seu pai, como *homens de verdade*, provedores, sujeitos do trabalho pesado, sujeitos de *fora*. Ao mesmo tempo filho e marido de *mulheres de verdade*, de *dentro do lar*, que quando iam a lavoura, mesmo derrubando mato e plantando, estavam *ajudando no trabalho* deles.

Pensando nisso, e lembrando que esse ano faz quase dez anos dessa nossa conversa, sobre (nem tão) novos modelos e configurações de feminilidade, família, trabalho e masculinidade, passei a refletir sobre os códigos sociais, as performances e compreensões dos papéis femininos e masculinos que configuravam a educação de seu Zé, e ainda permeiam a de muitos, nessa nítida guetificação entre papéis de homens e mulheres. O que parece se potencializar no campo, lugar onde sua memória saudosa me dizia: “[...] as mulheres sabiam ser mães e esposas, tinham moral, obedeciam em casa, não é como hoje não”. O suficiente para fazer seu Zé lembrar o que seus avós diziam, quando falavam do futuro, que ele acreditava já estar vivendo: “[...] vocês vão ver coisa que nunca viram na vida, e tavam certo. Agora é que tá virado mesmo, é verdade mesmo isso, é mulher fazendo filho sem casar, homem sustentado dentro de casa porque não tem coragem de trabalhar, filha mulher saindo festa só [...]”.

E nesse sentido, esse processo de destradicionalização de lugares sociais aparentemente tão seguros, estão postos em cheque por alguém que teve pedagogias e experiências de naturalização do homem público e da mulher privada, que falava que a mulher *cuidava* da casa, enquanto o homem *trabalhava* para dar de comer aos seus. Parte de um processo histórico de constituição de papéis e identidades (HALL, 2005) centralizadas e localizáveis, que vem em transição nesse mundo pós-moderno, no qual os processos de identificações se sobrepõe e abrem as concepções forjadas de identidades fechadas. O que seu Zé parece não ter sido pedagogizado a entender, é que essa *mulher sisal* que ele tinha em casa, *trabalhava* quando cuidava dos filhos e da casa, e *trabalhava* também cortando mato e macambira quando a chuva vinha. Como milhares de Marias, que habitavam o Semiárido ontem, e habitam hoje, especialmente campo a *fora*.

Essa fala angustiada do mundo estranho ao que viveu, também abre um leque de leituras sobre as configurações femininas nos dias recentes, ideias como autonomia financeira e sexual,

cuidado de si, e liberdade de certas escolhas ficam no espaço-entre, o ontem certo e o hoje errado que seu Zé nos conta no imaginário coletivo de posturas sociais que foi ensinado a viver. Hoje esse *mundo virado* é fala dirigida às próprias netas, que tem relações antes do casamento, que saem na noite, que não aceitam um não, que “bebem feito homem” e, assim vai. Enquanto vou conversando com seu Zé, vou me utilizando de artifícios sutis para cartografar a força e ao mesmo tempo a fragilidade das delimitações construídas nas relações de gênero, em constante ebulição e transformação, por uma série de questões que retomaremos mais à frente.

Nesse sentido, seu Zé parece um homem deslocado no tempo, vivendo aparentemente no mesmo semiárido, ainda visitando o sítio e lembrando a lida pesada de outros tempos, que parecem mais amenas diante de mudanças políticas na captação de água⁶. Quando seu Zé dizia que “os homens de hoje não sabem o que é seca de verdade não, quase todo sítio tem uma cisternazinha, um poço pra ir aguentando enquanto a chuva chega”, ele indiretamente me fala de políticas públicas recentes, que envolve os lugares que habita, mesmo não tendo ciência de que políticas são essas, como vem sendo alcançadas, e como se relacionam com mudanças nas configurações sociais que o mesmo narra, inclusive nos papéis de gênero, que o mesmo parece discordar.

O que para nós, eu e vocês, mulheres e homens do semiárido, conta a historicidade de categorias como gênero e sexualidades. E demonstra que o que muda no tempo é cultural, movente, aberto, e não está dado como natureza. O que incomoda, a exemplo da mulher ser chefe de casa e sair à noite, são mudanças caras e recentes, que merecem ser debatidas e reconhecidas, inclusive traduzidas para muitas mulheres alheias as discussões e lutas sociais que possibilitaram aberturas e autonomias, sejam essas financeira, emocional, profissional ou educacional. São outros tempos, talvez haja outro Semiárido, porém, nem tudo faz parecer que ontem tenha sido tão duro e preso, e que hoje esteja tão leve e solto.

Posto que, por mais que saibamos que grupos feministas e movimentos coextensivos, dizem há décadas que “lugar de mulher é onde ela quiser”, estamos nesse momento turbulento das ondas, que nos leva até a areia da praia e nos puxam de volta. Hoje mais que nunca, conquistas recentes estão sendo ameaçadas no Brasil, políticas de gênero, e movimentos sociais estão sendo achincalhados diariamente, por golpes sorrateiros, ou extremismos violentos. E esse lugar de

⁶ Em grande medida, a luta pelo acesso a água no Semiárido tem sido travada de forma mais articulada e bem sucedida a partir da ASA, uma rede de articulações sociais, que vão de pequenas associações rurais, a sindicatos, e associações religiosas, que demandam de organizações e movimentos sociais, que negociam e gerenciam propostas, com o intuito de envolver o Estado na discussão, e gerar políticas públicas efetivas. Para pensar o contexto de construção da ASA, vai ser reservado um momento ainda nesse texto.

escolha e “libertinagem” que seu Zé narrou sequer foi ocupado por todas, e já se vê sob ataques. Esse perigoso mito da *mulher* e do *homem de verdade*, especialmente divulgado por “representantes do povo” no congresso, formando uma forte bancada evangélica no seio do estado laico de direito, tem provocado pautas de retrocessos preocupantes.

Temos mulheres fazendo turnos fora e dentro de casa, temos mães solteiras que foram estupradas e o estado dificulta a assistência para o aborto legal (mais ameaçado que nunca, até nesses casos, de deixar de existir). E o que quero dizer com isso é simples e duro, nós mulheres do semiárido sabemos dessas marcas, pois estão nos nossos corpos e nos números alarmantes de violências contra mulher, seja física, psicológica, ou humana. Basta buscar nos sentidos que cercam as paraibanas. Sentidos esses que não vamos reproduzir para apresentar becos sem saídas, mas para mostrar que diante de ondas de retrocessos, mulheres tem conquistado espaços e poderes que vão na contramão. Além disso, há questões que ainda são pautas urgentes, a exemplo da violência contra mulher, e sobre esse tema trago a fala de dona Maria, quando me contava que;

[...] Em 1953 eu morava no sítio, era muito irmão e as coisas era difícil, lembro que a lida na roça era dura e a gente caminhava quase nove quilômetros pra assistir aula numa escola que dava aula pra toda série, e nós tudim queria aprender a ler e escrever, isso a gente já grande. Um dia minha irmã foi pra escola sozinha, eu tava adoentada e o resto tudo embrenhado nos matos, aí um primo nosso, pegou a bixinha a força na estrada, pra você ver, um primo da gente fez safadeza com a coitada a força, ela caiu no meio de macambira e mato véi, não tinha um canto que não tivesse espinho ou que não tivesse cortada. Chega dava dó [...]. Ela voltou pra casa, morrendo de vergonha e cheia de dor, entrou no quarto e se enrolou todinha, não disse nada a ninguém, passou quase um mês pra me contar. Vestia as roupas tudo folgada e disse que caiu com medo de um touro solto na estrada que avançou pra ela [...] Perdeu o ânimo de ir pra escola, e me disse que não contou nada com medo de pai bater mais nela, achando que deu liberdade, e tinha medo de ninguém mais querer casar com ela porque não era mais pura [...]. Pense, sofreu muito coitada, sem ter a quem recorrer, e ainda tinha que ficar vendo o safado que batia lá em casa como se nada tivesse acontecido [...]

Essa memória traumática Dona Maria me trazia contando sobre sua irmã também Maria. E fiquei a pensar, quantas e quantas estradas espinhentas já foram traiçoeiras por esse Semiárido de macambiras? Quantas mulheres de sisal aguentaram dores, recolheram amores, e continuaram a viver mesmo na dor? E isso me martelava enquanto mulher, me provocava a querer entender os mecanismos que legitimavam essa atitude que parecia atender a simples satisfação de desejo do primo, que no outro dia adentrava sua porta como se nada tivesse acontecido. Em um estado de naturalidade que fazia dona Maria aumentar o tom da voz, e meu coração sangrar. Esse país que

tem se mostrado deitado em berço esplendido ao assistir em tempo real o crescimento da cultura do estupro, retroalimentada por práticas machistas, misóginas e violentas contra mulheres, que quanto mais pobres e embrenhadas em espaços de vulnerabilidades sociais, mais se tornam potenciais presas nessa sociedade indigesta. O que me provoca a retomar um estupro ocorrido na zona rural do interior paraibano na década de 50, para desnudar qualquer estrutura de naturalização dessa brutalidade ainda praticada nos dias atuais.

Essa lembrança narrada nos faz compreender na carne que “a luta é permanente, sem trégua, para desconstruir as bases do machismo, do patriarcado, e do racismo que estruturam relações sociais de poder, que historicamente tem interditado a participação ativa de mulheres”⁷, isso em muitos espaços, até na relação consigo mesmas. Analisando a fala de dona Maria é possível sentir a dor, o sonho de ler e escrever ficou para trás, sua irmã terminou se *fechando dentro de casa*, talvez um território que a fizesse se sentir mais segura. Enquanto ainda se contorcia sem saber do amanhã, se o pai soubesse poderia lhe acusar, se um pretendente soubesse poderia não mais casar. Tudo parecia definido pela vontade *deles*. A vida dela era um território sob tutela *masculina*. E agora parece fazer sentido buscar cartografar em que sentido temos reproduzido, escapado, ou questionado violências como essa, que perpassa em muito, infelizmente, as fronteiras do Semiárido.

3 Um salve a ASA, que tem alçado voos em busca de um novo Semiárido

Levando em consideração questões que já vem sendo apresentadas nesse texto, envolvendo o Semiárido e diferentes formas de habitá-lo, entendendo que tão diverso como ele são os sujeitos que o compõe, passo a apresentar de forma rápida o que vem a representar a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), as demandas que provocaram sua emergência, e as relações fulcrais que podem ser estabelecidas especialmente no que compete a ações que buscam dar dignidade as mulheres, inclusive na luta contra violência e na construção de uma cultura de empoderamento das mulheres.

A ASA emerge no início dos anos 1990, como parte da necessidade de se construir uma cultura de representação social de grupos invisibilizados, somando movimentos que buscavam fortalecer segmentos sociais que estavam em desacordo com o descaso delegado ao Semiárido

⁷ Trecho de um texto digital proposto pela ASA, a partir do contato e das demandas que envolvem questões de enfrentamento da violência contra mulher, pelas militâncias, movimentos, e contextos de vida que estão na pauta do debate da Articulação do Semiárido, para uma melhor convivência. Para mais ver: <http://www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/9183-pensando-o-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres-como-um-ato-educativo>

brasileiro. Essa lógica permanece, e muitas vezes buscam formas alternativas de poder descentralizado e articulado, em uma feliz tentativa fazer-se ouvir, agricultores, mulheres e jovens que são parte dessa rede que vem a envolver sindicatos rurais, associações de agricultores, ONGs, caritas, feministas, grupos em defesa de novas relações étnico-raciais e outros, espalhados aqui no Brasil pelos estados do Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo.

Como no Semiárido tudo está interligado, a horta sustentável, as feiras orgânicas, e o trânsito entre a zona rural e urbana, o intuito que unia essas diversidades era a luta por novas políticas de convivência no Semiárido, desde o início a pauta era pelo direito a água e vida digna, em uma entonação que passava pelo questionamento de estruturas sociais ainda muito cruéis nessa região, leia-se fome, desigualdade, latifúndio, e seca. A questão da água ainda é o foco desde o início das discussões, por tudo aquilo que acarreta sua ausência, sem água temos êxodo, mortes, desemprego, e geração de situações mais árduas, especialmente as mulheres e suas muitas jornadas. Como algumas que já cheguei a citar no correr desse texto.

Em 1999 houve uma quebra de paradigmas com a ocupação da SUNEDE, envolvendo a própria ONU. A partir desse movimento efetivo, realizado por mais de 60 organizações da sociedade civil, políticas públicas passaram a ser ensejadas e implantadas, e isso tem mudado em partes as configurações familiares e de gênero, o acesso a água, e a produção sustentável de alimentos que confrontam o próprio agronegócio. Por ser uma organização que atua em projetos que envolvem Brasil, América Latina, e Caribe, vinha ganhando suporte pelo diálogo mais aproximado com os governos PT de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), momento no qual passamos a perceber protagonismos de mulheres a partir de programas sociais como Bolsa Família (Lei 10.836, de janeiro de 2004), e o Programa de Aquisição de Alimentos (Lei 10.696, de julho de 2003).

Esses programas somam-se em um interessante momento, que foi a saída do Brasil do mapa da fome, que a Organização da Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) avaliava e divulgada desde 1990, e o Brasil sempre estava inserido entre os que não conseguiam superar, mas em 2013 conseguiu. Questões como essas, que envolve a dignidade de ter alimentação na mesa, somada a cursos técnicos para agricultores(as) planejarem renda e produção, vinha modificando a relação de dependência das mulheres do campo. “Das 358 mil famílias que receberam assistência, 88% são chefiadas por mulheres [...] 93% das 14 milhões de famílias que recebem transferência de renda, as mulheres são responsáveis pela retirada do dinheiro. Dessas, 68% são mulheres negras”. E diante desses dados temos duas observações; 1- se confirma que as mulheres negras são as que

estão em maior estado de vulnerabilidade, 2- essas novas políticas de redistribuição de renda podem gerar efeitos a longo prazo de ressignificação de casos de vulnerabilidades entre essas e seus filhos.

Nesse sentido, mais que nunca é necessário lutar para manutenção de políticas que envolvem as mulheres não como privilegiadas, pois por terem sido historicamente excluídas de processos de autonomia e independência na casa e fora dela, estariam fazendo parte de uma nova e merecida história de valorização. A partir da intersecção de políticas públicas, qualificação profissional, e preparação digna para o mercado de trabalho. O resultado dessa equação pode deixar Josés desnorteados, por não serem apenas eles provedores da casa, mas podem permitir novas escritas femininas, e novas Marias empoderadas. Uma coisa não anula a outra, o objetivo é atingir a equidade tão cara a muitas mulheres, que se submetem a diferentes dores e violências na ausência da autonomia de si.

4 Considerações finais

Esse texto propôs um exercício de alteridade, e análise das minha próprias práticas e subjetividades, como mulher do Semiárido. Pelas seleções utilizadas nessa escrita, busquei três mo(vi)mentos que se inter cruzaram, contando a vida de mulheres, e de homens relacionados a elas, no interior do Semiárido paraibano. Na intenção de cartografar momentos que vem se construindo nessa região desde a metade do século passado. Dando ênfase a olhares recentes sobre esse Semiárido de ontem, tentando perceber de forma sutil quais novos semiáridos habitamos hoje enquanto coletivo e individualidades. Diante das articulações presentes na ASA, e elásticas pelo estado em formas de políticas públicas, busquei analisar o papel das mulheres diante de visibilidades que estão sendo alimentadas. Buscando entender mudanças nos arranjos de gênero, assim como condições efetivas de novas escritas de si a partir de parcerias civis e estatais.

Talvez tentando flexibilizar os diferentes tempos presentes nesse texto, sinalizei que o tempo de *homens e mulheres de verdade* vem sendo paulatinamente redefinidos por *homens e mulheres possíveis, abertos, moventes e plurais*, inclusive nas estradas que cortam mato e macambira, nas casas de muitos filhos que as vezes na ausência do *pai provedor*, tenha a *pãe* (pai e mãe) que *prover*. Sendo assim, sem deslegitimar falas, ou impor novas relações discursivas, revi falas, e questioneei a naturalidade das distribuições de gênero e violências que as envolve, apontando as transições históricas que dão suporte a diferentes posições de sujeitos.

Como costuma-se dizer na Articulação Brasileira do Semiárido, “nossa luta é ‘pelos outros, por nós e por mim’ [...] não é uma luta fácil, mas está acontecendo e mudando as relações de poder no âmbito privado e público onde as mulheres se veem e atuam”⁸. E sendo assim, concordo que “não existe convivência com o Semiárido sem o enfrentamento da cultura do estupro e da violência contra as mulheres nas suas várias dimensões, abrangendo a violência física, violência psicológica, violência patrimonial”⁹. Dessa forma, luto por relações sensíveis e respeitosas entre homens e mulheres “nas intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas (BUTLER, 2003, p. 20)”. E sonho com o Semiárido sendo palco dessa nova convivência social.

5 Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. 4^a ed. Recife: FJN; Ed. Massangara; São Paulo: Cortez, 2009.

BUTLER, Judith P. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*/____; Tradução Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*/____; Tradução de Maria de Lurdes Menezes; revisão técnica [de] Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10^a edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LOPES, Maria Immacolata V. “Telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação”. In: *Comunicação e Educação*, São Paulo: 17 a 34, jun/abr. 2003.

NETO, João Cabral de Melo. *Morte e Vida Severina*. Editora Alfaguara; Brasil, 2009.

RICOEUR, P. *A memória, a História e o Esquecimento*. Tradução Alain François [et al.], Campinas, Unicamp, 2007.

⁸ Para mais ver documentação completa em: <http://www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/9183-pensando-o-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres-como-um-ato-educativo>

⁹ CARTA DO IX ENCONTRO NACIONAL DA ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA) Mossoró, 21 a 25 de novembro de 2016 Povos e territórios, construindo e transformando o Semiárido ver: <http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/Carta-Politica-do-IX-EnconASA.pdf>